Editorial

Em 2009 foi publicado o último número de *Lusotopie*, revista de ciências humanas e sociais sobre a política nos espaços contemporâneos provenientes da história e da colonização portuguesas e fundada, em 1994, por Michel Cahen, Christian Geffrey e Christine Messiant. A revista reaparece em 2018 com três novos conselhos – de redação, editorial e científico –, apresentando um dossiê sobre as destituições presidenciais no Brasil, após a publicação dos números anteriores (1994-2004) na plataforma Open Access Persée.org.

A ambição inicial dos seus fundadores, que se mantém ainda hoje, foi a de criar um lugar de expressão pluridisciplinar, multilíngue e internacional para investigadores das ciências humanas e sociais que trabalham sobre os espaços chamados “lusófonos”. Posicionando-se explicitamente fora das já consagradas redes universitárias dos estudos literários clássicos e linguísticos do português, a revista tinha como cerne do seu projeto as ciências humanas e sociais, a fim de analisar as dimensões políticas e contemporâneas das sociedades oriundas da colonização portuguesa – incluindo o próprio Portugal. Tratava-se de contribuir à junção das ciências humanas e sociais destas sociedades, e remediar a ruptura e a segmentação das análises históricas, sociológicas ou políticas nas áreas culturais abrangentes. *Lusotopie* proporcionou, assim, interseções entre abordagens generalistas, sempre fundadas em pesquisas de campo, e estudos regionais (América, África, Ásia, Europa), permitindo hoje interrogar sobre a existência de um espaço global contemporâneo, fruto de uma história – a da colonização portuguesa –, constituído por Estados, comunidades locais, nacionais e transnacionais de circulações e conexões múltiplas.

O projeto era original no cenário acadêmico, e ainda o é; era, contudo, mais uma aposta científica, intelectual e, em certos aspetos, política que um projeto. Uma aposta, portanto, multifacetada. As aspirações de superar as hegemonias e compartimentações disciplinares, de romper o isolamento linguístico de domínios reservados, de repensar os costumes impostos por áreas culturais predefinidas, de abrir os horizontes disciplinares não nos impediria de cair mais uma vez na armadilha de uma nova área cultural “luso”, tão artificial e limitada quanto as outras. Mas essas aspirações abriam as portas de um laboratório de ciências sociais em escala mundial. Na história, o projeto de *Lusotopie* vinha dinamizar o estudo do contemporâneo e aclarar o tempo presente e o passado recente (guerras anticoloniais, conflitos, transições democráticas, etc.), através

da comparação entre espaços africanos, europeus, asiáticos e sul-americanos. A ciência política, tradicionalmente ligada ao âmbito nacional, podia também desenvolver a comparação internacional, examinando os processos complexos de democratização, mobilizações sociais e estruturação dos campos políticos. A antropologia e a etnologia, que, na metade do século xx, divisavam terrenos distantes e sociedades do próximo, não necessariamente dialogavam. E a globalização – econômica, religiosa, cultural, que expulsou o estruturalismo pela janela – ainda não havia ingressado nas preocupações dos antropólogos.

Se, desde 1994, os destinos destas disciplinas, entre tantas outras que tiveram voz na revista, têm seguido seus caminhos institucionais; se a história global e os vários *studies* temáticos indubitavelmente modificaram a estruturação dos saberes; se a provincialização de centros do “norte” se converteu em um *leit-motiv* acadêmico, *Lusotopie* sempre lança o desafio de pensar os mundos ditos “lusófonos” para além das fronteiras disciplinares e geográficas, bem como os limites linguísticos e as barreiras políticas. Logo, o horizonte editorial e científico da revista não mudou. Ele aponta sempre para uma pesquisa mais simétrica e para intercâmbios mais horizontais entre os antigos polos “ocidentais” e os “suis”: favorecer a expressão nas três línguas – português, inglês e francês – que há tempos servem para analisar os espaços oriundos da história portuguesa; facilitar a comparação de estudos de casos; evitar a hierarquização *a priori* dos saberes; convidar jovens investigadores a entrar nos debates; propor um lugar aberto e partilhado para experimentar outros modos de produção dos saberes e modelos teóricos.

Promessas e votos por vezes difíceis de cumprir. O confronto destas aspirações igualitárias com o campo social da pesquisa constantemente nos recorda que as classificações internacionais e a concorrência entre as instituições são, sempre, igualmente eficazes na busca de legitimidade e de reconhecimento. Os tensos ou incandescentes contextos sociopolíticos de certos países de língua oficial portuguesa não facultam necessariamente total liberdade aos seus intelectuais e universitários para se empenhar com serenidade em tais aventuras. O nível de investimento no ensino superior e na pesquisa torna as condições de realização da igualdade acadêmica bastante problemáticas. Logo, é de maneira calorosa e amigável que agradecemos aos colegas que escolheram prosseguir nesta aventura, bem como àqueles que aderiram ao projeto de *Lusotopie*, a fim de assumir o desejo de alcançar uma horizontalidade e uma igualdade mais fortes entre América, África, Ásia e Europa, as quatro grandes regiões que *Lusotopie* propõe tomar como objeto.

A escolha da temática do primeiro dossiê de 2018 – compreender os processos políticos que deram origem à destituição de Dilma Rousseff no Brasil – permite prolongar as grandes linhas de questionamento sobre o político, na sua

contemporaneidade, que animam *Lusotopie* desde a sua fundação. Enquanto procedimento inscrito nas práticas de um jovem regime democrático como o do Brasil, esta destituição revela as fronteiras porosas entre o fim do período autoritário e as evoluções recentes que atuam numa paisagem nacional, regional e internacional instável, economicamente e socialmente em reconfiguração. Este dossiê permite repensar as noções de crise política e crise democrática na temporalidade da reestruturação dos sistemas parlamentares e socioeconômicos, sensíveis ao retorno de um passado político ainda presente. Mas *Lusotopie* não poderia perder a ocasião de reexaminar a destituição enquanto prática política sem exprimir uma “inquietação comum” diante da situação brasileira de 2018, como escrevem Camille Goirand e Marie-Hélène Sa Vilas Boas na introdução ao dossiê. Questionar as lógicas e as razões da ativação desta destituição revela as dinâmicas e, mais precisamente, a fragilidade do funcionamento do sistema político brasileiro.

Irène dos Santos

URMIS, UMR 8245, Université Paris-Diderot-CNRS

Cyril Isnart

IDEMEC, UMR 7307, Aix Marseille Université-CNRS

Victor Pereira

Université de Pau et des Pays de l'Adour

Marie-Hélène Sa Vilas Boas

Université Côte d'Azur